



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

JUDITE FERREIRA PADILHA DA CRUZ

**SOCIEDADE CIVIL: A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DO
TERCEIRO SETOR NO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Cachoeira
2023

JUDITE FERREIRA PADILHA DA CRUZ

**SOCIEDADE CIVIL: A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DO
TERCEIRO SETOR NO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. (a). Dr. Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro

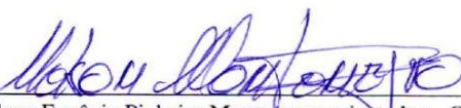
Cachoeira
2023

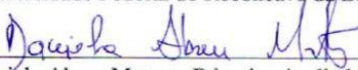
JUDITE FERREIRA PADILHA DA CRUZ

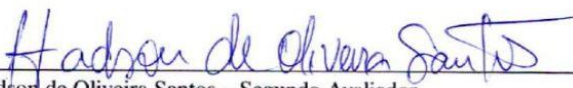
**SOCIEDADE CIVIL: A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DO
TERCEIRO SETOR NO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 29 de maio de 2023.


Nelson Eugênio Pinheiro Montehegro orientador – Orientador
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia


Daniela Abreu Matos – Primeiro Avaliador (a)
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de
Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia


Hadson de Oliveira Santos – Segundo Avaliador
Mestre em História da África pela Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia
Presidente da Sociedade Filarmônica União Sanfelista

CRUZ, Judite Ferreira Padilha da. **SOCIEDADE CIVIL: A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DO TERCEIRO SETOR NO RECÔNCAVO DA BAHIA**. 36 p. 2023. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2023.

RESUMO

Nos últimos anos a sociedade civil vem ganhando diferentes sentidos devido às mudanças do mundo contemporâneo, assim, não poderia negar em linhas teóricas a sua participação e consolidação nos momentos históricos relevantes da história das sociedades. Sua definição, por muito tempo, foi apresentada de forma equivocada, mas com a reconstrução por autores pós-marxistas, a sociedade civil passou a ser analisada e problematizada analiticamente de maneira que fosse possível reivindicar a necessidade deste novo conceito, condizente com o contexto histórico atual. Assim, este trabalho pretende demonstrar a necessidade de um mapeamento das Organizações da Sociedade Civil no Recôncavo da Bahia, levando em consideração as peculiaridades que estes fomentam para e na da sociedade brasileira. Essa perspectiva de análise permite traçar uma linha histórica de como o conceito vem sendo desenvolvido, permitindo apontar a necessidade de um desenvolvimento que dialogue com a contemporaneidade, bem como também compreender, a partir das demandas da contemporaneidade, como o mesmo vem se resignificando ao decorrer das décadas. Com essa pesquisa foi possível analisar a classificação das Organizações da sociedade civil permitindo uma pesquisa que tivesse como locus a realidade do Recôncavo Baiano. Os dados analisados nesta pesquisa provêm da análise das pesquisas disponibilizadas pelo IPEA, Mapa das Organizações da Sociedade Civil e do site ONGs Brasil. Como resultados esperados, foram identificadas a necessidade de um mapeamento mais detalhado do território para a caracterização dos perfis, como está desenvolvido o Terceiro Setor na atualidade e quais são as Organizações de Sociedade Civil.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Terceiro Setor. Recôncavo Baiano.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Classificação das ONGs Brasil	24
Gráfico 02	Mapeamento das OSCs no Recôncavo Baiano (2012- 2022)	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Organizações de Terceiro Setor - São Félix, Cachoeira, Muritiba e Governador Mangabeira	27
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 Sociedade Civil	10
1.1 Conceito das Organizações da Sociedade Civil	11
1.2 Classificação das OSC	14
1.3 Organizações não governamentais: breve histórico	17
1.4 Classificação da Sociedade Civil de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica	21
2. Organização da Sociedade Civil no Recôncavo da Bahia	24
2.1 Análise de dados das OSC no Recôncavo da Bahia	25
Considerações finais	30
REFERÊNCIAS	34

Sociedade Civil: A importância do mapeamento do Terceiro Setor no Recôncavo da Bahia

INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor tem sido um conceito muito debatido nos últimos tempos, tanto em âmbito acadêmico, quanto em âmbito político. Em geral, os debates se iniciam norteados pelo conceito de Sociedade Civil e seus significados ao decorrer dos anos e seguem orientados apenas pelo que se compreende, no imaginário social, do que são as ONGs. Esse movimento em si é considerado por Schwartz (1996) como um movimento problemático porque se percebe que existe um movimento que proclama virtudes desse setor social, que retira do Estado obrigação de prover serviços públicos ou até mesmo elaborar políticas públicas.

Neste mesmo sentido, os debates se amplificam ressaltando a necessidade de um olhar mais analítico sobre o conceito de Sociedade Civil tratando de suas especificidades sem esquecer que os conceitos são definidos e, portanto, tem impacto do seu contexto histórico, econômico e social, orientação política do autor que o define, bem como também as correntes teóricas do tempo em questão.

Com isso, surge a necessidade de se analisar as características do Terceiro Setor, considerando suas definições e como estas se aplicam a atualidade. Para isso, foi analisado como está mapeado o Terceiro Setor no Recôncavo Baiano, de maneira que fosse possível compreender as finalidades de atuação das Organizações da Sociedade Civil presente em quatro municípios do território em questão: 1. São Félix; 2. Cachoeira; 3. Muritiba; 4. Governador Mangabeira. Esse levantamento de dados possibilitará uma análise a partir dos dados do IPEA como anda o desenvolvimento dessas organizações na localidade avaliando os problemas que as Organizações da Sociedade Civil vêm enfrentando nas últimas décadas no Brasil.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a necessidade de um mapeamento das Organizações da Sociedade Civil no Recôncavo da Bahia, como forma de avaliar quais os desafios da Sociedade Civil contemporânea, sua solidez, transparência e gestão, bem como também servir de subsídio para estudos mais sólidos sobre o Terceiro Setor no Nordeste, uma vez que a região se constitui como a que tem um número mais reduzido de Organizações. Desta forma, os objetivos específicos desta pesquisa são: 1. Apresentar o conceito de Sociedade Civil; 2. Identificar o funcionamento das Organizações de Sociedade Civil nos municípios de

Cachoeira, São Félix, Muritiba e Governador Mangabeira; 3. Problematizar a necessidade de um mapeamento mais consistente no território do Recôncavo Baiano.

Esse trabalho se mostra relevante à medida que o Terceiro Setor, mesmo em tempos de instabilidade social e política e, principalmente com a crise na confiança da sociedade no Estado, continua exercendo o papel de consolidação das democracias, apontando para a necessidade de mudanças do Estado frente às novas demandas sociais. Dessa forma, este trabalho serve como possibilidade da construção de novas fontes para debater a importância do Terceiro setor no território do Recôncavo Baiano.

Esta se trata de uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, onde foi realizado um levantamento bibliográfico nos bancos de dados da Scielo, IPEA, Mapa de Organização da Sociedade Civil, bem como também um levantamento de matérias de revistas, livros e jornais que tivessem dados sobre a sociedade civil no Recôncavo. Para uma análise mais direcionada, também foi utilizada a aplicação de um questionário em algumas das Organizações da Sociedade Civil nos municípios analisados como forma de verificar as atividades do Terceiro Setor no Recôncavo Baiano.

Portanto, a presente pesquisa se encontra organizada nos seguintes tópicos: 1. Introdução - neste tópico apresentamos a contextualização do tema que foi pesquisado, de forma que seja possível destacar os objetivos elencados durante o desenvolvimento do tema e a sua relevância no âmbito acadêmico e social. 2. Sociedade Civil - neste tópico foi apresentada uma análise do conceito de Sociedade Civil e seu desenvolvimento ao decorrer da História, analisando também as especificidades do conceito de Sociedade Civil no Brasil e como está caracterizada a sociedade civil brasileira. Este tópico também foi dividido em outros subtópicos onde foram tratadas as tipologias da sociedade civil e uma análise mais apurada sobre essas tipologias. 3. Organizações não governamentais: breve histórico, para execução deste tópico foi desenvolvida uma análise sobre as Organizações Não Governamentais tratando de seu histórico no Brasil e os problemas enfrentados por estas Organizações. Este tópico buscou direcionar o levantamento bibliográfico feito até este ponto da pesquisa para uma análise localizada do Terceiro Setor no Recôncavo Baiano. 4. Por fim, as considerações finais trazem os encaminhamentos necessários da pesquisa, socializando as percepções elaboradas e alcançadas a partir desta pesquisa.

1. SOCIEDADE CIVIL

Cohen e Arato (1997) definem que a sociedade civil moderna é criada a partir das formas de autoconstituição e automobilização, sendo ela institucionalizada e generalizada através das leis que estabelecem a diferenciação social. Esse conceito, por sua vez, centraliza o debate sobre as particularidades dessa esfera social que não é colocada na totalidade, mas sim como uma diversidade que tem como característica a variedade e institucionalidade definidas a partir da interação com outras esferas sociais. Para uma compreensão mais profunda, os autores demonstram então a necessidade de um conceito onde exista a possibilidade de emersão de variadas democracias para que o debate não aconteça apenas na esfera governamental e econômica, mas antes de tudo nos espaços públicos formados pela sociedade civil.

No entanto, ficam perceptíveis os impactos da contemporaneidade sobre a sociedade civil, em tempo que percebem os processos da globalização onde se mina a capacidade que o Estado tem para o benefício das funções de controle e regulação da economia e sociedade. Dessa forma, fica evidente que a sociedade civil na visão contemporânea está definida como uma esfera social particular que carrega consigo um papel específico diferenciado do Estado e do mercado, mas que ainda assim dialoga com as duas esferas. Logo, compreende-se que a sociedade civil só pode ser interpretada em consonância com outras esferas, assim as parcerias e redes se configuram enquanto elementos-chave para compreender sua atuação na configuração contemporânea.

A exemplo disso, temos a sociedade civil brasileira que, devido aos mais variados processos, teve sua origem marcada pela organização da classe popular na luta pelos serviços públicos, a modernização econômica do país e a oposição da sociedade civil brasileira aos setores liberais e de classe média a ausência de regras nos processos políticos e civis que fizeram com que houvesse padrões nas relações entre Estado e sociedade civil.

No Brasil, por exemplo, o conceito de sociedade civil foi entendido como um conceito capaz de diferenciar os novos atores sociais, como, por exemplo, o Estado autoritário, essas características, no entanto, demonstraram a falta de ferramentas que ajudassem na compreensão de como a sociedade civil brasileira interage com o Estado (AVRITZER, 2012). Isso se deve ao fato de que durante a redemocratização brasileira a sociedade civil atrelou o surgimento deste conceito ao processo de reconstituição dos laços sociais pelos pobres da América Latina em um processo de resposta ao autoritarismo.

Pinto (2006), demonstra que no Brasil, a sociedade civil entrou em cena um pouco mais tarde em relação a outros países da América Latina, e que ela não foi uniforme em sua constituição devido às demandas do tempo em questão. O autor aponta que no Brasil a sociedade civil teve pouca oportunidade de incorporar os excluídos e que isso foi feito pelo Estado por meio de políticas públicas e reformas.

Assim como demonstrado anteriormente, o conceito de sociedade civil também teve sua instrumentalidade utilizada conforme o desenvolvimento dos processos históricos que aconteciam no Brasil. Fruto dos mais variados processos, a sociedade civil brasileira ressurge, após a ditadura militar brasileira, quando retomou o controle em relação às proibições de reuniões públicas dando espaço para os mais variados movimentos de reconstituição fazendo que as mais variadas categorias voltassem a reorganizar suas associações, tendo como consequência um aumento significativo na criação de formas voluntárias e independentes de associações.

Contudo, dentro da sociedade civil emergem divergências e conflitos revelando que o campo não se constitui de forma homogênea, demonstrando a diversidade de demandas, exigindo a busca de uma delimitação que melhor coubesse ao conceito. Neste sentido, visando exemplificar a organização estrutural das Organizações criadas pela sociedade civil demonstraremos a seguir suas classificações.

1.1 Conceito das Organizações da Sociedade Civil

O conceito de sociedade civil vem assumindo diversos sentidos ao decorrer da história e pela amplitude dos debates acerca da diversidade de seu conceito, que por sua vez vem dotado dos significados do tempo e contexto histórico em questão, contexto cultural e comprometimento político do autor, demonstram uma grande diversidade para compreensão do mesmo. De forma geral, a sociedade civil tem sido definida enquanto uma esfera não estatal e até supra estatal, mas também tem sido descrita historicamente por teóricos como Hegel, Tocqueville, Marx, Rousseau, dentre outros, por perspectivas que remontam seu tempo histórico. Entretanto, ao decorrer dos anos e de suas definições pelos mais variados autores, a sociedade civil tem sua definição ligada a dicotomia entre a sociedade e o Estado, onde se compreendia que tudo que não estivesse ligado ao Estado, conseqüentemente faria parte da sociedade civil.

A literatura demonstra que a sociedade civil é vista por duas perspectivas: 1. Em oposição ao Estado e ao mercado; 2. Em perspectiva institucionalizada, articulando com o Estado e o mercado, incluindo os dispositivos que não podem ser produzidos por estes (TEIXEIRA, 2009). Conforme a literatura internacional, o conceito de sociedade civil apareceu com Aristóteles e foi definida enquanto uma comunidade de cidadãos livres e iguais, se tratando literalmente de uma comunidade de cidadãos.

Na modernidade, a sociedade civil passou a ser definida por Montesquieu, Paine e Ferguson enquanto uma sociedade política, definindo-a enquanto uma sociedade na qual os indivíduos garantiam a partir do contrato social direitos e deveres através das leis públicas. Bobbio (1982), a define enquanto uma sociedade que tivera nascido em contraste a um estado “primitivo” de humanidade em que o homem vivia sem outras leis a não ser as naturais. Essa definição jusnaturalista é descrita por Teixeira (2009), enquanto uma sociedade política contraposta aos grupos primitivos “sem Estado”, caracterizando os povos nativos norte-americanos enquanto povos sem civilização, no qual somente a partir do contrato social seria possível chegar a um caminho de uma sociedade civilizada, demonstrando uma ciência com características evolutivas.

Intelectuais contemporâneos demonstram uma ruptura desse pensamento a partir das definições de Hegel, onde o mesmo afirma que o estado da natureza também se caracteriza enquanto um estado social que as regras do mercado são essencialmente fundamentais para a estruturação da sociedade civil. Nesse sentido, Arato e Cohen (1994), explicam que as limitações da sociedade civil seriam somente superadas quando os indivíduos e instituições deixassem de se comportar de acordo com seus interesses próprios, sendo alcançada na mediação entre a família e o Estado, pela via da sociedade civil, tendo, por sua vez, papel fundamental no desenvolvimento de uma vida ética.

De acordo com Hegel (1989, apud TEIXEIRA, 2009, p. 161), a sociedade civil evoluiu como uma entidade separada do Estado e significa uma criação do mundo moderno que aconteceu após a formação do Estado. Para o filósofo, a sociedade civil era o espaço onde os indivíduos buscam satisfazer suas necessidades, bem como também a sociedade civil era responsável por educar os indivíduos que a ela se associam. Assim, Hegel busca contrariar as abordagens contratualistas que não compreendem a importância das associações independentes e do papel que os indivíduos, que segundo ele são conscientes e reflexivos, têm na construção

da sociedade civil moderna. Essa conceituação é, para Teixeira (2009), a inauguração de um momento no qual Hegel estabelece a diferença entre a sociedade civil e o Estado.

Outro teórico que também fundamenta o conceito de sociedade civil é Marx. Na concepção de Marx, a sociedade civil evidencia o momento estrutural, uma vez que a sociedade civil é explicada por ele enquanto um conjunto da vida econômica e das relações materiais dos indivíduos dentro da sociedade.

Com essas definições fica evidente que o conceito de sociedade civil tem seu significado atribuído a partir do tempo histórico e correntes teóricas dos intelectuais. Teixeira (2009) evidencia em seu artigo “O conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau”, que o conceito de sociedade civil no cenário teórico e político passou a ser recuperado apenas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 por conta da influência dos autores pós-marxistas que se baseiam na estratégia de organização autônoma da sociedade, reconstrução de laços sociais fora da jurisdição do Estado autoritário e na construção de uma esfera pública independente de toda forma de comunicação oficial, estatal ou controlada pelos partidos políticos.

Posteriormente, Andion e Serva (2004), demonstram que por muito tempo o conceito de sociedade civil esteve dotado de definições negativas da sociedade civil, assumindo diferentes significados nas principais correntes que a definem fortalecendo as principais características da contemporaneidade: a individualidade e o conformismo, reforçando uma sociedade que tem como lógica de funcionamento a supervalorização da esfera do mercado. Para Bauman (2001), essas características trazem consequências extremas a sociedade como, por exemplo, a falta de garantias, às incertezas, falta de segurança, desigualdades sociais, econômicas – dentre outras questões - fazendo com que não haja um enfrentamento para as fissuras sociais contemporâneas trazendo para o centro do debate a necessidade de se discutir sobre o conceito de sociedade civil na atualidade.

Ainda assim, podemos dizer que essa recente retomada em sua definição conceitual no Brasil se deve à resistência contra a ditadura militar, fazendo com que o conceito ocupasse uma função político-estratégica de resistência da sociedade civil contra o Estado que naquele momento era militar. No plano da concepção política, a sociedade civil seguia representando no início dos anos 70, uma plataforma de sustentação fundamental para uma oposição à ditadura militar (COSTA, 1997).

Nesta mesma linha, Weffort (1988) demonstra que a sociedade civil no Brasil surge como forma de dar suporte às organizações da resistência contra os militares, mas não servia apenas aos que lutavam contra a ditadura militar, como também aos militares moderados que recorreram à legitimidade da sociedade civil para se expressar através dela contra os atos de violência.

Considerando então as mais variadas definições da sociedade civil, dois autores chamam atenção no que se refere às problematizações existentes no campo da atualidade, são eles Cohen e Arato. Esses autores, buscam fazer apontamentos sobre qual tipo exato de sociedade civil que estamos falando, tecendo críticas contundentes à essência do conceito, que é de problematizar analiticamente uma sociedade sem orientação política e individualista. Assim, Cohen e Arato (1997), compreendem a necessidade de uma reconceitualização da sociedade civil através da concepção “positiva”¹ que condiga com o contexto histórico atual.

1.2 Classificação das OSCs

Um dos principais teóricos que descrevem a classificação da Organização da Sociedade Civil (OSC) é Mintzberg (2003), de acordo com o autor foi constatado que a configuração da estrutura organizacional predominante é a burocracia profissional, e que essas tendem a utilizar treinamentos para padronizar as habilidades de seus colaboradores fazendo com que os ambientes permanecem estáveis e complexos. Conforme apontado pela Revicont (2023) no Brasil temos alguns tipos de OSC, são elas:

1. Fundação: É um dos tipos mais conhecidos e é criada através da doação de patrimônio por uma causa sem fins lucrativos e tem como característica gestora um conselho curador;
2. Associação: É caracterizada pela união de pessoas em vista de um único propósito e que também não busquem lucro. Esse tipo de OSC é criada por meio de um Estatuto Social que atribui direitos e obrigações legais àqueles que dela fazem parte.
3. Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIP): Reconhecidas pelo Ministério Público, enquanto organizações que administram os projetos sociais, através de sua

¹ Não aquela negativa como fora atribuída ao conceito ao longo da História.

função firma parcerias com esferas do Estado e com órgãos públicos. É importante ressaltar que mesmo que esta não tenha fim lucrativo, os dirigentes recebem remuneração.

4. Organização social (OS): Pretende atuar no ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, cultura e meio ambiente e é passível de benefícios governamentais como a isenção fiscal.

5. Negócio Social: Tem como característica a posição da pessoa jurídica que objetiva causar impacto social positivo.

As fundações são chamadas assim porque nascem de doações de pessoas físicas ou jurídicas, durante a vida ou mediante testamento validado junto ao Ministério Público. Na maioria das vezes são criadas por família, empresas privadas e até mesmo pessoas famosas, já contando com algum patrimônio na sua fundação. As fundações são consideradas entidades filantrópicas, de direito privado e personalidade jurídica, podendo algumas vezes financiar ONGs e associações para que estas continuem seus trabalhos. A Associação, por sua vez, se trata de organizações criadas por pessoas físicas com base em um interesse social comum, e para sua formalização se faz necessário a abertura de uma CNPJ e a formalização de diretrizes por meio de um estatuto próprio (INSTITUTO REAÇÃO, 2021)

As Organizações Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), possuem o reconhecimento de um ou mais organismos públicos, a Prefeitura, o Estado ou a Federação, e ela passa a existir mediante a solicitação do reconhecimento ao Ministério da Justiça, devendo atender às previsões legais para obtenção dessa qualificação (NOSSA CAUSA, 2016). A qualificação da mesma acolhe e reconhece legalmente as organizações cuja atuação se dá no âmbito do espaço público não estatal e apenas é conferida às pessoas jurídicas de direito privado.

A Organização Social é uma qualificação concedida pelo Poder Executivo as entidades privadas sem fins lucrativos, e são destinadas ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, a proteção e a preservação do meio ambiente, cultura ou saúde, conforme estabelecido na Lei n.º 9.637 de 1998 (BANCORBRÁS, 2016). Dessa forma, a classificação das OSCs no Brasil demonstra um potencial de abrangência grande, principalmente no que diz respeito às ações exercidas pelos segmentos de meio ambiente, educação, saúde e outras. Desta forma, a partir do que fora exposto neste tópico buscaremos responder a seguinte hipótese: Como estão descritos o mapeamento das OSCs em municípios do Recôncavo Baiano no site do IPEA?

De acordo com Barbosa (1999), o Terceiro setor tem como uma de suas características mais marcantes a heterogeneidade das organizações que o compõem. Estas apresentam um papel cada vez mais importante na diminuição de problemas sociais, demonstrando a necessidade do combate às divergências sociais. Compreende-se que o Terceiro Setor atualmente é de profunda relevância pelo seu caráter diverso e propositivo no que diz respeito a mudanças e inovações significativas, e isso se dá devido à capacidade organizativa dos membros da sociedade civil organizada.

Salamon (1998), destaca que as cinco principais características para as instituições do terceiro setor são: 1. Não tem fins lucrativos; 2. São oriundas da iniciativa privada, recebendo incentivos financeiros para o funcionamento parcial ou total; 3. São legalmente constituídas; 4. São autoadministradas/responsáveis pela sua própria gestão; 5. Possuem algum grau de participação voluntária. Partindo dessa mesma perspectiva, o Terceiro Setor ainda é classificado por Hudson (2004) enquanto subdividido em três grupos: (a) organizações típicas do Terceiro Setor; (b) organizações secundárias do Terceiro Setor e setor público; e (c) organizações secundárias do Terceiro Setor e setor privado, evidenciando que estas são entidades que atuam em benefício dos associados agregados por uma causa comum, demonstrando os primórdios do movimento do surgimento do Terceiro Setor, enquanto uma alternativa a dualidade do público-privado que, nos moldes capitalistas, colocam em confronto o Estado e o Mercado.

Por outro lado, o Terceiro Setor é definido por Teodósio (2001), como semelhante ao Estado, ao mesmo que passo que pretende e alvo o espaço público, mas se difere do Governo por fazer parte de uma iniciativa que vem da própria sociedade.

Dessa forma, o terceiro setor além de ser considerado um setor autônomo são ao mesmo tempo, interdependentes, unindo as organizações que, mesmo que prestem serviços públicos, também os produzem e os comercializam objetivando o bem-estar social, desempenhando funções cada vez mais amplas e relevantes para a sociedade moderna. Estas são classificadas conforme as atividades que exercem e são classificadas em grupos como: 1. Cultura e recreação; 2. Educação e Pesquisa; 3. Saúde; 4. Serviços Sociais; 5. Meio ambiente; 6. Desenvolvimento e Habitação, etc. (MARIO et al., 2013, p. 67).

As entidades do Terceiro Setor são compostas por associações e fundações que geram bens e serviços públicos suprindo as falhas deixadas pelo Estado, unindo o setor público ao privado (SOMARIVA *et al.*, 2020). Esse processo no qual o setor privado atua no público também não

isenta o poder público de destinar verbas ao Terceiro Setor, uma vez que sua função é promover a solidariedade social.

1.3. Organizações não governamentais: breve histórico

O conceito de Organização Não Governamental - ONG foi formulado em 1940, pela Organização das Nações Unidas - ONU visando caracterizar entidades da sociedade que atuavam em projetos humanitários ou até mesmo de interesse público. No contexto da América Latina, essas organizações cumprem papel central na luta contra o Estado autoritário assim como também na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças (DIAS, 2003). Associadas ao "Terceiro setor" contemplam agentes privados que atuam para fins públicos tendo os mais diversos eixos - como sociedade, meio ambiente entre outros - e este último, se diferencia dos demais setores e se encontra em ascensão na economia mundial, tendo surgido para corrigir as falhas admitidas pelo Governo (SCHEID; MAFALDA; PINHEIRO, 2010).

Por outro lado, Sobottka (2002), problematiza as definições dadas as ONGs na contemporaneidade, o autor diz que estas acima de tudo tem sua origem nos movimentos sociais e são organizações formais que buscam potencializar e estabilizar em alto nível a mobilização de recursos desta ação tendo como características centrais a proximidade com a base, compromisso e engajamento, controle social inibidor de corrupção, eficácia e eficiência, demonstrando a dualidade teórica de definição de intelectuais norte americanos e latinos americanos. Neste sentido, são consideradas de natureza instável, que são frutos de suas demandas e financiadas por organizações internacionais que cooperam para sua manutenção, dessa forma, para Pinto (2006) alguns tipos de ONG só existe por intermédio de um projeto que a sustente, sendo ela pró ativa, com metas, programas pré-estabelecidos e financiados.

No Brasil, por exemplo, as ONGs se tratam de um fenômeno relativamente recente e tem como base o modelo norte-americano dentro do que se constitui a cooperação global. Suas primeiras manifestações surgiram no contexto de ditadura militar onde o cenário político era de autoritarismo sob o argumento de crescimento econômico, mas que no geral provocava repressão política e cultural promovendo a marginalização de indivíduos e de setores religiosos específicos. Como resposta a esse momento, surgiram essas organizações que atuavam com

serviços, assessorias e apoios aos movimentos sociais que sofriam duras repressões pelo regime ditatorial.

Com a abertura democrática e acontecimentos externos, o cenário de crise nos movimentos sociais fizeram com que houvessem mudanças nos rumos das ONGs que redefiniram seus projetos éticos-políticos e começaram a participar das políticas públicas inaugurando uma forma de participação política, o que Machado (2012) define como a participação pública não estatal. Neste momento, houve um crescimento das redes de organizações não governamentais e a partir da década de 1980 elas se popularizaram ganhando importância mundial.

Atualmente as ONGs têm enfrentado questões relacionadas a sua existência devido ao cenário contemporâneo da sociedade brasileira, uma vez que suas transformações, refletem também para com o campo da cooperação internacional. Como exemplo disso, Landim (1993) em sua tese de doutoramento conclui que as ONGs inseridas no campo da política vêm enfrentando questões de como redefinir suas posições diante das transformações dos espaços sociais as quais fazem parte, mas que ainda assim, vêm cumprindo papel importante nas sociedades se adaptando às mais diversas conjunturas político-sociais, contribuindo diretamente para o desenvolvendo e institucionalidade no processo de tornar autônomos seus agentes.

Neste sentido, Fontes e Eichner (2001) apontam que devido ao colapso do bem-estar social no fim da década de 1970, muitos cientistas sociais têm se debruçado sobre as associações voluntárias e como estas possuem papel fundamental no revigoramento da democracia enquanto instrumentos que possam tanto reduzir as desigualdades sociais, quanto aprimorar as instituições democráticas. Os autores chamam atenção então para uma nova ação que é a criação de redes popularmente organizadas com contribuição de ONGs da qual funcionaram enquanto solução para essa falência do Estado enquanto bem-estar social.

Esse movimento em si, é caracterizado por Fontes e Eichner como atores estratégicos, resultando também em novas formas de solidariedade, uma vez que o colapso no Estado de bem-estar social é interpretado por eles enquanto uma crise de solidariedade. Esse processo seria consequência do período do capitalismo tardio, aonde partidos políticos e sindicatos perderam sua importância para os movimentos sociais e ações corporativas, dando lugar para essas novas organizações.

O renascimento destas organizações é observado por alguns teóricos enquanto ações de visibilidade política não usual que indica um movimento em resposta a essa falência, aponta Fontes e Eichner, assumindo importância decisiva na geração de serviços e bens públicos, ou seja, na atual conjuntura, o Terceiro Setor se constitui como um importante instrumento para a geração de solidariedade, mas ainda encontram limitações no que diz respeito à dependência dos princípios de eficiência e eficácia na aplicação de recursos decididos por instituições financiadoras dos recursos.

Assim, o aspecto chave apontado por Fontes e Eichner (2001) é que as ONGs vêm se tornando cada vez mais dependentes de fundos públicos ou financiamentos externos à cooperação de seus membros, resultando em uma maior competição por recursos. Considerando então que o Terceiro setor no Brasil é responsável por prover serviços para as populações mais pobres, contribuindo de forma significativa como fonte de geração de empregos, as ONGs atuam com objetivo de sanar parte dos problemas sociais identificados na contemporaneidade.

Em contrapartida, a ideia de falência do Estado de bem-estar social, Santos, Oliveira e Rocha (2013), demonstram que com o desenvolvimento do capitalismo contribuíram para uma série de alterações na estrutura social, agravando os problemas sociais, evidenciando a incapacidade do Estado em atender a estas demandas, enfraquecendo o poder deste enquanto soberano, em sustentar seu papel de provedor social, obrigando indivíduos e empresas a se organizarem para uma atuação mais rápida em busca da resolução destas questões.

Estes autores relatam que o Terceiro Setor é recente, ressaltando a complexidade que a sociedade moderna adquire com as transformações do capitalismo. Com isso é demonstrado que este segmento vem se destacando gradativamente, uma vez que abordam os temas importantes que colaboram para respostas aos dilemas da contemporaneidade, e isso não está explícito apenas em seu crescimento numérico, com também na sua relevância política reconhecida por uma literatura analítica extensa (MATTOS E DRUMMOND, 2005).

Outro dado relevante encontrado no trabalho de Mattos e Drummond (2005) referente ao crescimento das ONG's no Brasil que é que elas não têm mais de 70 anos de atuação, demonstrando, historicamente, seu surgimento aliado a manifestações de resistências e a um novo tipo de configuração, uma vez que essas organizações, antes do período de suas redemocratização significava oposição aos governos em vigência, transitando agora para parceiras de determinadas coalizões de poder, atuando na formulação e execução de políticas públicas sendo um novo ator social.

Souto e Eichner (2001), por sua vez, demonstram que as ONGs vem sendo um assunto amplamente tratado na literatura e também denunciam o colapso do Estado de bem-estar social no final da década de 70 devido às mudanças do capitalismo. Por outro lado, a contemporaneidade vem apresentando questões de controvérsias para estudiosos onde agora as opiniões liberais tendem a ver a redução do papel do Estado e a competição para o bom funcionamento do sistema capitalista como uma forma de promover bem-estar, criando uma acervo literário que compreende o Terceiro Setor e as mudanças das sociedades ocidentais como o florescimento de uma característica dessa nova era, significando “novos arranjos nas estruturas de sociabilidade”, conforme descrito pelos autores.

Neste contexto, o Terceiro Setor segue acompanhado de sujeitos que agora buscam possibilidades a partir de sua funcionalidade, agindo independente ou em cooperação com o Estado. Localizar esse apontamento na sociedade atual, corrobora com a análise, a partir da crise de solidariedade apontada por Souto e Eichner (2001) ao passo que diante das mudanças sociopolíticas e de legitimação, a sociedade se adaptaria e logo aderiram a práticas associadas com processos inseridos em práticas não mercantis.

A problematização que cabe aqui, embora ainda siga neste caminho, é que a sociedade civil agora vem ganhando um tom mais popular, que constituído pela união de voluntários buscam administrar as vidas em sociedade, uma vez que o Estado se ausenta de sua função. Esse movimento, é chamado por Fontes e Eichner (2001) enquanto uma das transformações das práticas de solidariedade, mas ressalta que essas práticas sempre existiram, mas que vem contribuindo para revigoração das associações voluntárias, assumindo importância no processo de gerar serviços e prover bens públicos.

Dessa forma, percebe-se que mesmo com a sociedade civil ganhando diferentes tons ao decorrer das décadas, também evidencia que o Estado mudou e isso impacta completamente na maneira com as OSCs são tratadas atualmente. O processo competitivo do capitalismo fez com que os processos as demandas por eficiência e profissionalização dos quadros das OSCs estivessem muito mais presentes que outrora, especificamente do início do século XXI, levando agora as outras formas de produzir solidariedade, fora do Estado e do mercado. Como nas redes sociais e redes egocentradas que por vezes podem ser criadas de forma intencional a produzir reciprocidade.

Assim, Souto e Eichner (2001), identificaram que as mudanças na sociedade contemporânea estruturaram um padrão de práticas favoráveis ao desenvolvimento do Terceiro

Setor que, por consequência, se adaptou aos novos padrões de sociabilidade. Cabe dizer também que como tudo que caminha com a história, esse processo ainda segue em formação e que essas inovações são experimentadas de diferentes formas pelos grupos sociais, regiões ou independentemente dos outros elementos gerados pela sociedade moderna, exigindo agora uma característica de um padrão de ação mais profissionalizante deste segmento.

Conforme as características de crescimento acelerado de ONGS e o número de ONGs concentradas na Bahia, surge a necessidade de análise das mesmas, ficando evidente a falta de um mapeamento sobre o Terceiro Setor no Recôncavo Baiano, de maneira que seja possível avaliar a bibliografia visitada para elaboração deste trabalho na prática das ONGs na atualidade. Para tal, analisaremos mapeamentos já realizados com órgãos como, por exemplo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como também um levantamento próprio realizado em 2022, pesquisa que deu início ao desenvolvimento desta monografia.

1.4 Classificação da Sociedade Civil de acordo o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA)

O Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento cuja missão é "Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas" (ZUVANOV, 2019).

Em breve análise a sua base de dados é possível perceber que o Brasil conta com 815.676 Organizações da Sociedade Civil, e 55.195 destas estão na Bahia, se configurando como o 10º em relação aos repasses de recursos para OSCs com uma média de R\$ 10.976.634,48, além de uma média de transferências Federais de R\$ 23.615.411.356,50 perfazendo um perfil de bom rendimento. A área de atuação das OSCs é predominantemente de atuação em Desenvolvimento e defesa de direitos (43,20%). O perfil dos trabalhadores das organizações brasileiras atinge o total de 104.028 trabalhadores com vínculos formais, 0 voluntários - demonstrando uma mudança no perfil de trabalhadores das ONG's brasileiras -, 1.756 vínculos formais de pessoas com deficiência e nenhum percentual oficial sobre trabalhadores informais.

De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2020), o Brasil é composto por 815.676 ONG 's, onde a região Nordeste brasileira tem 194.033 ONGs, a sudeste tem 323.522, a sul 145.315, a norte 55.871 e a Centro-Oeste com 63.154. Esses números revelam a capacidade de organização da sociedade civil em cada território, como também podem ser

interpretadas pelos aspectos heterogêneos nos padrões de interação que estabelecem entre si, a sociedade civil e o Estado, demonstrando como andam as organizações do Terceiro Setor, podendo também ser usado como parâmetro de análise sobre as finalidades de cada uma dessas organizações.

O Terceiro Setor faz parte de uma forma institucional que desempenha papel fundamental na ampliação da capilaridade das políticas públicas, agindo em complemento a atuação do governo em questão de modo que a adesão às iniciativas tomadas por estar possam ser vivenciadas de forma eficiente pelo território e sua população, o número reduzido dessas organizações em determinados territórios apontam questões relacionadas à forma com que as políticas públicas vêm sendo geridas no território, bem como também andam a organização e a atuação da sociedade civil. Este dado aliado às necessidades de cada região do Brasil aponta para as novas demandas da sociedade demonstrando novas fases da sociedade civil. Dados do IPEA (2022), apontam que as organizações de assistência social foram as que mais fecharam entre os anos de 2001- 2020, onde de 100 OSCs de assistência social abertas no país, 49 encerraram suas atividades. Fator este que pode ser explicado por aspectos como a pluralidade temática e representativa dessas organizações no país diante do cenário de redução dos investimentos públicos e privados.

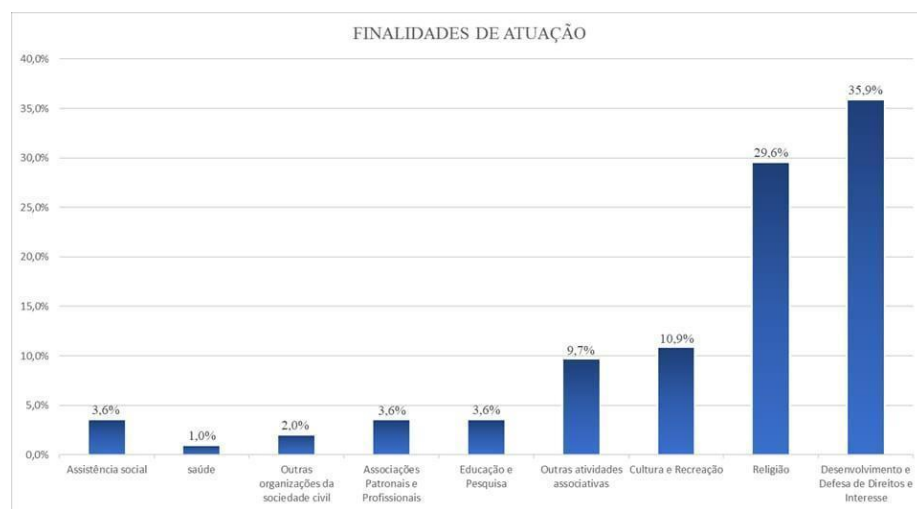
Outro ponto relevante sobre essa limitação é o financiamento das ações sociais que demonstra uma diminuição nos recursos destinados às organizações brasileiras devido à crise de 2008, mudança de prioridade para outras regiões do Globo, alcance dos objetivos, entre outros, fazendo com que se compreendesse que a diminuição dos investimentos financeiros nas organizações brasileiras se devesse a sua capacidade de captar recursos de forma autônoma (INSTITUTO FONTE, 2002). Contudo, por mais que os caminhos apontem para avanços as atividades do Terceiro Setor não são tão bem-sucedidas financeira e socialmente (MONTAÑO, 2002) porque apresentam: 1. Falta de estabilidade financeira; 2. Estrutura organizacional precária ou dependência do apoio governamental tendo que enfrentar diversas problemáticas locais, assim, um grande desafio deste segmento é criar condições favoráveis para a organização socioeconômica coletiva e autogestionária.

Os dados também apontam um nível reduzido de informações sobre o mapeamento das Organizações do Terceiro Setor em determinadas regiões. Com efeito, o Dashboard do Mapa das Organizações da Sociedade Civil publicado pelo IPEA (2020) demonstra que não existe uma homogeneidade nas áreas de atuação das ONGs, mas as principais são de

Desenvolvimento e defesa de direitos e Religião, compondo 66% das OSCs do país.

Como demonstrado no Gráfico 01, as maiores proporções de OSCs no Brasil indicam um menor desenvolvimento de outras organizações, demonstrando a necessidade de um olhar mais analítico em relação à forma com que são geridas as políticas de assistência social, educação, pesquisa e saúde.

Gráfico 01. Classificação das ONGs Brasil: Fonte IPEA (2020).



2. Organização da Sociedade Civil no Recôncavo da Bahia

O território de identidade do Recôncavo Baiano é constituído por 21 municípios (Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo) e alcança a maioria do Nordeste baiano, com uma área de 5.221 km² (BAHIA, 202-?). Historicamente, esta região vem sendo caracterizada pelas atividades que tiveram destaque durante sua formação. Este território “provém das relações mantidas de longa data entre suas várias atividades, recôncavo canavieiro, fumageiro, mandiocueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral” (SANTOS, 1959), considerando seu desenvolvimento pautado na exploração de mão de obra escravizada, devido às demandas da revolução industrial, avançando no que diz respeito a evolução do comércio e indústria trazendo uma dinamicidade socioespacial.

Com o decorrer dos anos, análises voltadas a compreensão das simbologias, identidade e cultura do território foram sendo desenvolvidas e com isso as perspectivas étnicas e culturais do Recôncavo foram sendo definidas enquanto uma região brasileira de intensa influência africana por receber milhares de homens e mulheres que aqui foram escravizados (OLIVA, 2009). No entanto, narrativas ocidentais marcaram esta região com a resistência de suas lutas pela liberdade e consolidação de sua cultura, religião e conhecimentos, sendo considerado também uma das regiões brasileiras com maior influência cultural do país.

Assim como em outras regiões da Bahia, o Recôncavo Baiano é formado de um perfil racial e socioeconômico que produzem níveis diferentes de vulnerabilidades econômicas e sociais das quais os sujeitos enfrentam ao longo de suas trajetórias de vida. Em consonância a esses dados, esta área hoje demonstra um percentual de 79,9% de sua classe trabalhadora são pessoas negras, e, em contrapartida, apresentando ainda um percentual 17,2% de desemprego para mulheres negras, reforçando a necessidade de uma elaboração de leis, projetos e até decretos que tenham como objetivo intervir no território (Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua Trimestral, 2019). Predominantemente, o Terceiro Setor é voltado no Recôncavo Baiano como parte da cultura e turismo (PITOMBO; BARBOSA; BOTELHO, 2019), no entanto, ao aprofundar o campo de pesquisa, é possível encontrar diferentes perfis que caracterizam sua pluralidade.

Considerando as fragilidades e contradições que envolvem as OSCs presentes no território, o Plano de Desenvolvimento o Rural Sustentável e Solidário, o PTDRS do Recôncavo (2017, p. 11) elaborou um planejamento que programou ações de intervenções no território no qual o objetivo era promover a mudança da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental com o apoio dos atores sociais locais.

Compreendendo então as conjunturas social, cultural e econômica do país, o Terceiro Setor continua cumprindo seus objetivos também nesta região do nordeste brasileiro. Assim, organizada, a sociedade civil se manifesta e vem organizando movimentos que transformam, atuam no intuito de criar bases para melhorias da sociedade contemporânea. Oliveira (2005) demonstra que na dinâmica Terceiro Setor e município, o primeiro deve estar organizado de maneira que se compreenda os componentes do território que constituam o capital territorial tanto ao nível material quanto imaterial para verificação de como este está caminhando.

Por exemplo, para existir um conjunto equilibrado entre o Terceiro Setor, Mercado e Estado, deve-se buscar um reforço dos pólos enfraquecidos entre o Estado e a Sociedade Civil para resolução das demandas. Assim, o enfrentamento e a solução dos problemas sociais, na lógica do Terceiro Setor buscam estreitar os laços para a produção de ação que surta efeito frente às estas questões. Assim, a seguir apresentaremos uma análise mais estruturada sobre o Terceiro Setor no Recôncavo Baiano deve perpassar pela identificação das OSCs seguidas das ações que as mesmas vêm desempenhando na atualidade com a sociedade.

2.1 Análise de dados das OSC nos municípios de Cachoeira, São Félix, Muritiba e Governador Mangabeira no Recôncavo da Bahia

Conforme demonstrado no Capítulo 2, o expressivo número de OSCs em segmentos restritos de alguns campos de atuação evidenciam características fundamentais para compreensão sobre os tipos de OSCs do Recôncavo, mas antes cabe uma análise mais sistematizada sobre como anda o Terceiro Setor no Recôncavo Baiano. O Mapa das Organizações da Sociedade Civil aponta que a Bahia tem 55195 organizações em funcionamento, no entanto, o mapeamento quando tratado por território se mostra incompleto. O site ONGs Brasil (2012) em lista divulgada no mesmo ano, destacou as 100 maiores ONGs da Bahia, dentre algumas do Recôncavo:

Tabela 01. Organizações do Terceiro Setor - São Félix, Cachoeira, Muritiba e Governador Mangabeira

São Félix	<ul style="list-style-type: none"> ● Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Salva Vidas; ● Associação das senhoras de Caridade;
Cachoeira	<ul style="list-style-type: none"> ● Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cachoeira; ● Casa dos Velhos da cidade de Cachoeira; ● Educandário Paroquial a Jesus por Maria; ● Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira; ● Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira; ● ONG Pé de Arte, Cultura e Educação;
Governador Mangabeira	<ul style="list-style-type: none"> ● Associação de pais e amigos dos excepcionais;
Muritiba	<ul style="list-style-type: none"> ● Associação de pais e amigos dos excepcionais; ● Associação educacional e musical 5 de março;

Fonte: ONGs Brasil (2012)

As quatro cidades em questão foram selecionadas para uma análise mais aprofundada sobre a Organização da Sociedade Civil. Em breve busca na ferramenta de pesquisa Google e IPEA, temos um número reduzido de Organizações do Terceiro Setor listadas para compreensão da trajetória de expansão e fortalecimento do mesmo no Recôncavo Baiano. Como forma de esgotar as informações disponibilizadas nas ferramentas de buscas presentes na internet, foi feito um levantamento de dados também no banco de dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

É válido ressaltar que o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) enquanto plataforma pública de transparência das OSCs, além de disponibilizar bases de dados públicos do governo federal, também oferece ferramenta para os estados e municípios encaminharem micro dados das parcerias celebradas na gestão, permitindo também que estas organizações

complementam suas informações com dados privados indisponível nas bases públicas (LOPEZ, 2018). Enquanto plataforma de dados, o Mapa (2023) fornece informações mais elaboradas que site ONGs Brasil.

Em análise comparativa entre o Mapa das Organizações da Sociedade Civil e o site ONGs Brasil é possível perceber que há uma discrepância entre os dados com um percentual de OSCs mapeados muito maior que o outro. Os dados levantados pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil nas 4 cidades do Recôncavo Baiano demonstram maior complexidade e informações sobre as OSCs existentes nos municípios, ficando atrás do ONGS Brasil apenas nos dados sobre o município de São Félix não contabilizando nenhuma OSC nestas cidades.

Durante as pesquisas também não foram identificados nenhuma base e dados sobre as OSCs do Recôncavo Baiano, apontando para a necessidade de pesquisas mais elaboradas sobre como anda o Terceiro Setor, auxiliando também na produção de análises que ampliem a estruturação deste tema para debate sobre a estruturação, características e atuação das OSCs no território em questão. No entanto, essa não é um atributo exclusivo do Terceiro Setor no Recôncavo Baiano, o IPEA (2022), em publicação sobre às suas dinâmicas do Terceiro Setor no Brasil, já apontava para uma série de lacunas analíticas sobre a trajetória dessas organizações, chamando atenção para a necessidade de uma sistematização dos dados disponibilizados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre o período de 2001 a 2020.

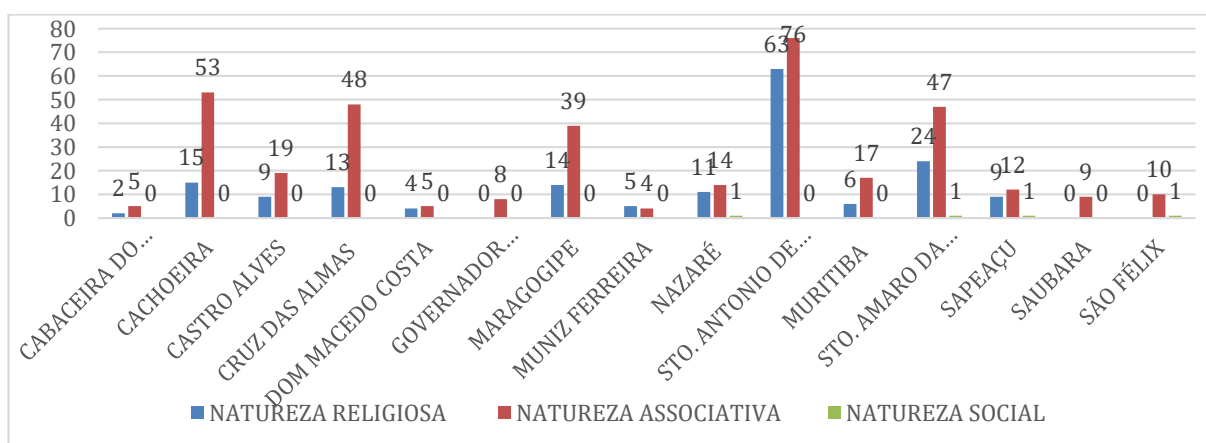
Isso pode indicar pontos importantes sobre como anda o Terceiro Setor no Brasil. Os dados apontados pelo mapa demonstram que todos os 5.570 municípios brasileiros possuem ao menos uma organização de sociedade civil, no entanto, é identificado pela literatura atual é o processo de inércia organizacional devido à incompatibilidade entre as expectativas da sociedade e a legislação vigente no país (FALCONER, 1999).

Quando analisados, o baixo mapeamento de organizações do Terceiro Setor devemos também considerar que as últimas décadas no Brasil foram marcadas por mudanças nos âmbitos das inovações institucionais voltadas para a participação política que contribua tanto para o surgimento crescente de novos atores sociais, quanto para o fortalecimento de organizações já existentes, apontando para caminhos necessários de coleta de dados atualizados, detalhando eixos trabalhados neste território. É importante ressaltar também que nem sempre a localização da organização permite indicar seu raio de atuação, reforçando mais uma vez a necessidade de uma base de informações sistemáticas sobre a localização de suas atividades.

Esse movimento, por sua vez, ressalta a importância do aprofundamento dos conhecimentos sobre as formas das OSCs que vem surgindo o Brasil, bem como também o desenvolvimento de políticas que ajudem a inserir organizações num quadro mais amplo de desenvolvimento, sugerindo um rompimento com a política de assistencialismo e subordinação.

Esses dados aliados às finalidades de atuação das organizações listadas aqui demonstram uma lacuna no Terceiro Setor do Recôncavo que somente poderiam ser explicadas através da realização de um estudo de caso onde se examinem as características de cada instituição para a categorização documental destas. Em levantamento com membros da sociedade civil do recôncavo baiano no ano de 2022, foi possível listar um número maior de OSCs que as listadas pelo IPEA. Esse dado, quando analisado em conjunto com as informações do IPEA, demonstra a necessidade da junção de esforços entre as bases de dados brasileiras visando criar bases mais sólidas sobre o Terceiro Setor.

Gráfico 02. Mapeamento das OSCs no Recôncavo Baiano (2012 - 2022)



Fonte: Elaboração própria (2022)

O gráfico acima foi elaborado a partir de diálogos com representantes do terceiro setor nas referidas cidades, considerando que a dirigente deste artigo, atua neste segmento. Assim, foi possível os encontros dos quais pudemos identificar organizações existentes no intuito que não aparecem nas plataformas aqui destacadas. Em 2022, quando iniciamos a pesquisa que resultou neste trabalho, tínhamos uma ideia inicial de realizar um mapeamento das Organizações do Terceiro Setor na região do recôncavo, mas, diante da dificuldade de total acesso e a falta de retorno de todos os representantes das 20 cidades desta região, foi perceptível mais ainda um

fator de grande relevância já sinalizado: a união de diversos órgãos/instituições afim de um mapeamento completo.

Em breve comparativo com dados levantados nessas três plataformas é possível perceber um desfalque de informações referentes a forma com que o Terceiro Setor vem se organizando e atuando na sociedade contemporânea. Esse fator é explicado por Lopez (2018), pela indisponibilidade de dados existentes e pelo acesso restrito, fazendo com que os mesmos respondam às lacunas existentes em suas limitações. Neste sentido, relatório do IPEA 2018 demonstra que há vários atores que ajudariam a produzir informações relevantes para responder a questões que remodelariam os termos do debate atual sobre as OSCs do país; por isso consideramos essa uma agenda de pesquisa em desenvolvimento (LOPEZ, 2018).

Esse apontamento caracteriza um momento muito importante dessa pesquisa: a necessidade de um esforço coletivo que integre as informações disponíveis visando a elaboração de um banco de dados unificado, afinal, como demonstrado, as informações existentes se encontram incompletas. Lopez (2018), demonstra que esta ação contribui no fortalecimento das OSCs no que tange ao desenvolvimento de políticas públicas no país.

O relatório de perfis das OSCs do IPEA (LOPEZ, 2018), revela que as fontes de recursos das OSCs – no tocante das isenções, imunidades tributárias e incentivos fiscais, incluindo as doações que recebem da sociedade brasileira - fazem parte das informações não encontradas nestes sites. O autor pontua que estas estão sob o resguardo da Receita Federal do Brasil (RFB), que a partir de suas áreas institucionais podem contribuir para a construção sistemática desses dados como forma de sanar a lacuna do mapeamento das OSCs brasileiras.

Por consequência, considera-se que quando forem sistematizados, estes dados formarão a base de conhecimento sobre as características das OSCs, tipos de incentivo, identificação do voluntariado expressando o perfil dos trabalhadores das organizações, quais as finalidades de atuação, taxas de evolução, nascimento e encerramento para uma análise mais ampliada sobre a ausência de dados, lacuna das análises e uma agenda mais diversificada de pesquisa sobre as Organizações da Sociedade Civil do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças ocorridas na sociedade dos últimos anos, as demandas sociais têm se tornado cada vez mais evidentes com as crises socioeconômicas tendo as Organizações do Terceiro Setor como uma forma eficaz de resolução dos problemas sociais da atualidade. Este tipo de relação estabelecida é resultado de um processo do qual a confiança do povo para com o Estado se enfraquece no que diz respeito a sua capacidade de gerir os problemas sociais causados pela desigualdade, muito embora as OSCs apresentem potencial de mudanças ao decorrer da história brasileira. Na prática, a OSC vem desenvolvendo diversas atividades com o intuito de produzir impacto social positivo.

Neste sentido, as Organizações da Sociedade Civil caracterizam-se em compor um âmbito importante, devido ao seu poder de ação no que se refere ao cumprimento das demandas sociais, assim, este segmento é compreendido por alguns autores como a esperança da sociedade. É importante salientar que mesmo que as OSC sejam consideradas fundamentais na atual conjuntura, não as blindam de dificuldades que possam comprometer a sua eficiência.

Foi notado que por mais que este setor faça parte do destaque nacional, estimulando a produção de estudos e pesquisas, o mesmo vem sofrendo com as novas configurações sociais que, além da inviabilização de seus dados, permanecem desconhecidos de boa parte dos segmentos sociais que o compõem. Neste sentido, acreditamos que o caminho a se trilhar, tanto no âmbito acadêmico quanto social é de fomentar e buscar pesquisas e métodos que consigam estabelecer esse setor de forma mais incisiva na sociedade, uma vez que o mesmo continua dando soluções a demandas importantes da contemporaneidade.

As falhas referentes ao Estado e ao mercado também aparecem como fator importante a ser analisado de maneira mais detalhada, pois, por consequência estas darão novas características às OSCs nos próximos anos podendo ser compreendidas como uma das principais razões pelas quais as OSCs permanecem regulando os eixos de criação de solidariedade entre os cidadãos. Não obstante, também não há de se desconsiderar que o papel do Terceiro Setor na pós-modernidade revela uma agenda que traz um esgotamento da ação do Estado, bem como também a romantização do papel do mercado demonstrando a falta de confiança da sociedade no Estado. Isso demonstra um pensamento crítico da sociedade civil que não se manteve inerte às novas questões sociais e que buscou novos delineamentos para a resolução dos problemas postos na realidade material.

O Terceiro Setor também engloba diversos esforços em diferentes segmentos, pois se considera que com a sociedade civil organizada seja possível alcançar objetivos como promoção da igualdade racial e de gênero, proteção ambiental, acesso à educação, etc.

Explorar a dinâmica das organizações do Terceiro Setor é um desafio na contemporaneidade. Como a maioria dos conceitos, o conceito de sociedade civil e a maneira com que essa se organiza ao decorrer dos anos vem dotado das mais variadas simbologias, assim como também sofre influência das demandas da sociedade contemporânea. A consolidação literária do conceito de sociedade civil e do Terceiro Setor, conforme o que fora tratado durante a pesquisa, demonstra a estabilização de uma sociedade civil brasileira que busca fortalecer a democracia na contemporaneidade, e que, apesar de suas limitações, demonstra as mudanças da atuação do Estado frente às demandas sociais e a banalização do Terceiro Setor devido à influência política e local norte-americana que aliada às novas formas expressas no capitalismo vem descaracterizando seu caráter de espaço público onde as atividades econômicas devem ser pensadas como um problema de espaço público.

Isso se deve ao fato de que a presença das OSCs provocou a tendência de obrigar o Estado a enxergá-las como sociedade civil, buscando formas de solucionar a administração da representação social da mesma, e pelo fato dessas organizações aparecem como parceiras do Estado. Foi verificado também que o Terceiro Setor ganhou espaço à medida que o Estado perdeu poder/este foi transferido para o mercado por meio do Estado neoliberal.

Os resultados dessa pesquisa indicam que a sociedade civil e o Terceiro Setor vêm ganhando novos significados no que diz respeito às novas configurações da sociedade contemporânea, e isso se deve a uma onda teórica que tem se concentrado em analisar o Terceiro Setor não mais em aspectos funcionalistas, e sim a partir da compreensão sobre a esfera da sociedade além do Mercado e Estado. Isso também é fruto de uma característica centrada no neoliberalismo e nas formas com que o processo de crise política e do Bem-Estar Social vem desgastando as bases sociais fazendo com que agora a sociedade civil busque novas formas de regular suas bases a partir da relação que ela tem agora com o Estado e o mercado.

Eles também demonstram a necessidade de se ampliar o debate sobre as organizações do Terceiro setor considerando os retrocessos e desafios que essas organizações vêm passando no Brasil, ressaltando a necessidade de um maior diálogo em busca de novas formas de abordagens na busca pela perenidade e desenvolvimento do mesmo.

Ao passo que aprofundamos os conceitos e analisamos isoladamente o Terceiro setor no Recôncavo baiano ficou evidente a falta de uma catalogação das organizações existentes a fim de compreender como anda o Terceiro Setor e qual papel este vem ocupando no território em questão. Em relação às organizações listadas, as informações levantadas sobre suas finalidades e atuação destes apontam para o que já vem sendo pontuado na literatura, que é o enfraquecimento das OSCs, uma vez que o financiamento significa o êxito na execução de suas tarefas e do cumprimento de um bom trabalho político-social comprometendo sua atuação e consequentemente seu reconhecimento pelos atores sociais.

Neste mesmo sentido, conforme demonstrado pelo IPEA (2022) os principais problemas que representam desafios à gestão de organizações do Terceiro Setor incluem a falta de objetividade na especificação de seus objetivos, a dificuldade em mensurar ou monitorar o desempenho das mesmas, e a falta de resultado financeiro para elencar suas finalidades. Dessa forma, fica evidente a necessidade da avaliação dos fatores que vem distanciando o Terceiro Setor de um mapeamento mais objetivo tratando suas especificidades.

Os dados analisados nesta pesquisa apontam para a necessidade do constante desenvolvimento de pesquisa acerca das OSCs. Lopez (2018), aponta que mesmo que haja certo tipo de limitação de dados para análise, ainda assim existem diversos atores sociais que vem ajudando na produção de informações relevantes de forma a responder e preencher as lacunas existentes sobre o tema, que sem dúvidas cooperaram no remodelamento dos rumos da pesquisa sobre essas Organizações.

É importante ressaltar que os esforços de coleta de dados ajudam na identificação da forma mais segura para avaliar a relevância das OSCs nas políticas públicas no Brasil e só por meio desta seria possível avançar na organização de dados para análise, avaliação e propostas para o avanço do setor. Neste sentido, a Secretaria da Receita Federal pode ser utilizada enquanto ferramenta, através de seus estudos e pesquisas, para conhecer as variáveis que envolvem valor, localidade, tipos de beneficiários com a doação, utilização ou não de incentivos fiscais, etc.

O preenchimento da lacuna apontada na confecção do Tópico 3 foi sanada, bem como também surgiram novos apontamentos teóricos sobre a falta de sistematização unificada dos mecanismos de buscas das OSCs que mais vem dependendo dos órgãos como a Receita Federal, colaboração das redes de busca e outras. No mesmo sentido, voltamos ao ponto de que se ainda cabe a uma ação voluntária esse esforço a falta de dados sólidos de como anda o Terceiro Setor atualmente faz parte também de uma contra produção dos órgãos de competência.

É importante ressaltar que devido às limitações de mapeamento e dificuldade de contato com os responsáveis pelas OSCs dos municípios de Cachoeira, São Félix, Muritiba e Governador Mangabeira não foi possível identificar seu funcionamento dificultando o acesso às informações sobre sua atividade ou inatividade.

Dessa forma, essa produção evidencia a necessidade da colaboração entre o Instituto de Pesquisa e outros setores da sociedade civil organizada para o melhoramento do mapeamento de OSC no Brasil para uma melhoria sobre a produção de dados.

Este tipo de trabalho faz parte do compromisso com uma agenda que, assim como o das OSCs, fazem parte da vida social e política do país, demonstrando a importância da construção de conhecimentos capazes de formular recursos para o fortalecimento e implementação de políticas de interesse social. Não obstante, a sinalização da necessidade de esforços faz parte também do compromisso de construção de um banco de dados voltado para a necessidade de identificar no Recôncavo Baiano quais são as OSCs, suas finalidades, tempo de atuação, etc., para ser possível um mapeamento mais consistente e condizente com a realidade do local, uma vez que o município também se apresenta como espaço de articulação social.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a compreensão dos conceitos de Sociedade Civil e Terceiro Setor, bem como estes estão situados materialmente na sociedade brasileira, e mais especificamente quais os percalços envolvem a atuação do Terceiro Setor no Recôncavo Baiano. Este estudo não se limita apenas a uma descrição do que fora inicialmente proposto, e sim uma possibilidade de conferir relevância a respeito de um tema tão importante, que demanda investigações capazes de alicerçar estratégias que viabilizem a melhor estruturação dessas organizações no Recôncavo Baiano, bem como também mapear pressupõe dar visibilidade para o crescimento e até mesmo avaliação dos fatores que as impedem de crescer.

Desta forma, acredita-se que o mapeamento é relevante para compreensão melhor das entidades, permitindo assim avaliar sua solidez, transparência e gestão, podendo servir como base de dados para investimento nas mesmas. Assim, sinalizar a falta de um mapeamento sólido significa reivindicar em níveis acadêmicos, a necessidade de juntar esforços para a criação de um banco de dados que dê conta de processar informações tão relevantes para a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A B. MARTINS, G A. **Tipologia das estruturas organizacionais de Mintzberg e as ONGs do Estado de São Paulo**. 2004, Anais.. São Paulo: USP/FEA/PPGA, 2004.

_____. **A teoria das estruturas organizacionais de Mintzberg e a gestão estratégica de custos: um estudo nas ongs paulistas**. R. Cont. Fin. • USP • São Paulo • Edição Comemorativa • p. 51 - 64 • Setembro de 2006

ANDION, Carolina. SERVA, Maurício. **Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil**. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, vol. 4, núm. 7, primeiro semestre, 2004, pp. 7-24 Universidad de los Andes Mérida, Venezuela

ANHEIER, H. (2005). **Nonprofit Organizations: Theory, management, policy**. London: Routledge

ARATO, Andrew & COHEN, Jean. **Sociedade civil e teoria social**. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). Sociedade civil e democratização. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAHIA. Info territórios: território de identidade Recôncavo. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [202-?]. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/reconcavo.pdf. Acesso em: 18 de março 2023

BANCORBRÁS. **Definições de ONG - OS - OSC - OSCIP**. 2016. Disponível em: <https://www.institutobancorbras.org.br/posts/dica/336-definicoes-de-ong---os---osc---oscip>. Acesso 02 de março de 2023

BARBOSA, J. A. S. **A necessidade de se administrar as organizações do terceiro setor**. Controversa , São Paulo, ano 9, p. 13-17, 1999.

BOBBIO, Norberto. 1982. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal.

_____. 1998. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977

COHEN, J. **“Deliberation and democratic legitimacy”** (1989). In: BOHMAN, J; RECGH, W .Deliberative democracy. Essays on reason and politics: deliberative democracy. Cambridge,MA. The MIT Press, 1997.

COHEN, J. Andrew ARATO. **Civil society and political theory**. pp. 29-82; e, para caso ... *Novos Estudos*, 47, 1997, pp. 179-182

COHEN J.; ROGERS, J. 1995. **Associations and democracy**. London: Verso

COHEN, J. **Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459.

COSTA, S. (1997). **Categoria analítica ou Passe-Partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil**. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (43), 3–25. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/182>

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor – Um estudo sobre a construção do papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu campo de gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FONTES, B. EICHNER, K. **SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DE REDES SOCIAIS EM ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS: ESTUDO EMPÍRICO DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DA CIDADE DO RECIFE**. *Soc. estado*. 16 (1-2) • Dez 2001

HEGEL, G. W. F. **A Sociedade Civil Burguesa**. Trad. José Saramago. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

INSTITUTO REAÇÃO. **Quais as diferenças entre ONG, associações e fundação? Para qual delas você pode contribuir?** 2021 Disponível em: <https://institutoacao.org.br/quais-as-diferencas-entre-ong-associacao-e-fundacao-para-qual-delas-voce-pode-contribuir/>
Acesso em 01 de fevereiro de 2023

INSTITUTO FONTE. Pesquisa sobre redução de investimentos estrangeiros em ONGs. Disponível em: < <http://institutofonte.org.br/articula%C3%A7%C3%A3o-d3-e-instituto-fonte-publicam-pesquisa-sobre-redu%C3%A7%C3%A3o-de-investimentos-estrangeiros-em-on>>. Acesso em: 18 de março de 2023.

IPEA. **Dinâmicas do Terceiro Setor no Brasil: Trajetórias de criação e fechamento de organizações da sociedade civil (OSCS) de 1901 a 2020**. Rio de Janeiro, 2022.

IPEA. **Quem somos**. 2023 Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68#:~:text=O%20Instituto%20de%20Pesquisa%20Econ%C3%B4mica,e%20programas%20de%20desenvolvimento%20brasileiros.
Acesso em 17 de abril de 2023

KISIL, Marcos; SPERCEL, Thiago. **Organizações da Sociedade Civil — Melhores Práticas de Governança no Terceiro Setor**. Fundação José Luiz Egydio Setúbal, 2007

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível.** Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LOPEZ, F. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil** / organizador: Felix Garcia Lopez. – Brasília : Ipea, 2018. 176 p. : il., gráfs., maps. color.

MACHADO, A M B. **O percurso histórico das ongs no brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular.** Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

MÁRIO, P. C. et al. **A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: . Acesso em: 07 de março de 2023

MATTOS, S M S N. DRUMMOND, J A. **O TERCEIRO SETOR COMO EXECUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ONG 'S AMBIENTALISTAS NA BAÍA DE GUANABARA (1990-2001).** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 177-192, jun. 2005

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

NOSSA CAUSA. **Diferença entre ONG e OSCIP.** 2016 Disponível em: <https://nossacausa.com/diferenca-entre-ong-e-oscip/>. Acesso em 02 de março de 2023

OLIVA, A. R. **A África não está em nós: a história africana no imaginário de estudantes do recôncavo baiano.** Fronteiras, v.11, n. 20, p. 73-91, Dourados, MS: jul./dez. 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/625>. Acesso em: 18 de março de 2023

OLIVEIRA, S B. **Ação social e Terceiro Setor no Brasil.** São Paulo, 2005.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados terceiro trimestre de 2019. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/. Acesso em: 03 de julho de 2023

PITOMBO, M. BARBOSA, F. BOTELHO, A. **Trabalho cultural no Recôncavo da Bahia: uma abordagem a partir da organização das classes criativas.** Ciências Sociais Unisinos, vol. 55, núm. 3, pp. 315-327, 2019. Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PINTO, C R J. **As ongs e a política no brasil: presença de novos atores.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 3, 2006, pp. 651 a 613.

RECONVIT. Quais são os tipos de ONGs atuantes no Brasil? Disponível em: <https://revicont.com.br/quais-sao-os-tipos-de-ongs-atuantes-no-brasil/>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023

SALAMON, L. **A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global**. RAUSP Management Journal, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SCHWARTZ, Gilson. **O Programa não prioriza tributação**. Folha de São Paulo. Dinheiro. 17 novembro de 1996. p-14.

SCHEID, L. MAFALDA, M P. PINHEIRO, M T. **O papel das organizações não governamentais – ongs para a divulgação da imagem turística do Brasil**. 2010, UCS, RS.

SANTOS, L M. OLIVEIRA, B C C M. ROCHA, J C M. **O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2013.

SANTOS, M. **A rede urbana do Recôncavo. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais** - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959

SOBOTTKA, Emil A. **Organizações civis Buscando uma definição para além de ONGs e terceiro setor Civitas** - Revista de Ciências Sociais, vol. 2, núm. 1, junho, 2002, pp. 81-95 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil

SOMARIVA, A. et al. **TERCEIRO SETOR – ASPECTOS DE LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**. Fundamentos do terceiro setor: (entidades sem fins lucrativos) : [recurso eletrônico] / organização Ari Dal Vesco. – Mafra, SC: Ed. da UnC, 2020.

SZAZI, E. (2006). **Terceiro Setor: Regulamentação no Brasil**. (4a ed.). São Paulo: Peirópolis.

TEIXEIRA, R J D. **O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau**. Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. 2009. v. 15. n. 2. p. 161 - 180

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. **Pensar pelo avesso o terceiro setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação organizada no Brasil**. [S.l.], 2001.

TOCQUEVILLE, A. (2007). **Democracy in America**, Volume I and II (Optimized for Kindle). Kindle eBook.

WARREN, M. 2001. **Democracy and association**. Princeton: Princeton Univ

ZUVANOV, André S. **Ipea: 55 anos cooperando para transformar dados em conhecimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GOVERNO ABERTO E CIÊNCIA ABERTA DA FIOCRUZ, 1., 2019, Brasília, DF: Fiocruz/VPEIC, 2019. 29 p.